

Presença Boliviana no Rio de Janeiro **Notas prévias sobre a imigração – 1950/2000**

Profª Drª Maria Teresa Toribio Brittes Lemos/UERJ

Introdução

O artigo é desdobramento do Projeto Cientista do Nosso Estado, com Bolsa da FAPERJ, cujos resultados vem sendo apresentados em GTs sobre Imigração realizados pelos LABIMI (Laboratório de Estudos da Imigração) e pelo NUCLEAS (Núcleo de Estudos das Américas) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Os estudos vem sendo realizados com base em levantamento cartográfico sobre a participação das populações oriundas da região andina no Rio de Janeiro, a partir de meados dos séculos XX. Há o objetivo posterior do projeto estender-se aos demais imigrantes latino-americanos e ao todo do Brasil. Como os estudos migratórios necessitam contemplar tanto os países de partida quanto os de chegada, torna-se necessário historicizar as condições de vida daqueles imigrantes em tanto na terra natal quanto com relação as suas opções de vida na cidade do Rio de Janeiro.

Distribuído por etapas, o projeto estabelece, como etapa inicial, ora em desenvolvimento, o mapeamento da localização dos bolivianos na cidade do Rio de Janeiro, para posterior análise do processo histórico da imigração boliviana para o Brasil. Em uma segunda etapa, serão adotados procedimentos para se estabelecer o perfil dos bolivianos que optaram pela cidade do Estado do Rio de Janeiro. Na terceira etapa, enfim, será elaborada uma cartografia social sobre todo o processo migratório relativo aos bolivianos, contemplando, ainda, questões fundamentais sobre identidade cultural e resistência, sempre presentes na construção de uma nova vida em terra estrangeira e nos contatos entre o nacional e o estrangeiro.

Presença Boliviana no Brasil - primórdios

No Brasil, no início do século XX, a imigração boliviana processava-se lentamente, em pequenas levas de camponeses rurais e estudantes à procura de universidades no país, devido, principalmente, aos acordos diplomáticos.

Na década de 1950, um grande número de bolivianos procurou o Brasil como terra de chegada, diante da crise decorrente do processo revolucionário ocorrido no país, com importantes repercussões nas áreas rurais. Essa tendência começou a inverter o processo consagrado de emigração para a Argentina, visível até, pelo menos, 1990, devido às facilidades encontradas nas distâncias e hábitos culturais. No entanto, como já

foi dito, as crises socioeconômicas da Bolívia direcionaram os fluxos para o Brasil, especialmente São Paulo¹, devido às oportunidades de emprego nas indústrias de tecido, como revelam os estudos de Cacciamali e Azevedo (2006).

Ainda que o fluxo migratório se dirigisse maciçamente para São Paulo e nossa pesquisa tenha optado por analisar a presença boliviana no estado do Rio de Janeiro, é importante destacar que a presença boliviana também vem buscando outros estados e regiões do Brasil, como Santa Catarina, Sudoeste da Bahia, Pernambuco e outras.

Novos fluxos migratórios - Cidade do Rio de Janeiro

Desde 1950, o Rio de Janeiro conhece a realidade da entrada de bolivianos, razão pela qual é este o parâmetro inicial de nossa pesquisa, que se estende até o ano 2000, quando ocorre a entrada de novos grupos, nesse momento, formados por profissionais especializados e professores, muitos deles orientados para cursos de pós-graduação oferecidos no Brasil.

Três fluxos migratórios principais podem ser destacados a partir da década de 1950, conforme consta de informações obtidas em entrevistas e em documentos do *Centro Cultural y Social Boliviano*. Desde o início da década de 1950, quando se inicia o movimento revolucionário do MNR, que culmina com a Revolução Popular em 1952, os revoltosos perseguem os integrantes e admiradores da Falange Socialista Boliviana (FSB), grupo conservador, considerado de direita, obrigado a pedir asilo em outros países. É nessa época que chega à cidade do Rio de Janeiro o primeiro fluxo migratório, formado em sua maioria por estudantes e pessoas que pertenciam aos setores dominantes do país. Em geral, eles formavam um grupo privilegiado, com dinheiro suficiente para se sustentar.

Como imigrantes no Rio de Janeiro, formaram o *Círculo de Amigos Bolivianos* no ano de 1969, com a finalidade de lembrarem seu país, suas famílias e suas tradições. Em 1974, foi criado pelas mulheres daqueles imigrantes o *Comitê Beneficente de Damas Bolivianas*, com a finalidade de desenvolver atividades culturais e beneficentes relacionadas às suas tradições.

O segundo fluxo chegou a partir da década de 1960. Era formado, basicamente, por estudantes atraídos pelo Intercâmbio Cultural, que oferecia condições de cursarem

¹ -Segundo a Pastoral dos Migrantes Latinos, em São Paulo pode haver até cerca de 100 mil bolivianos, sendo que 50% entraram ilegalmente no país. Entre eles destacam-se profissionais liberais e a maioria é constituída de mão-de obra não especializada. A maioria é do sexo masculino, entre 20 e 40 anos. São escolhidos devido a idade melhor produtiva

as Faculdades de Medicina, Odontologia e Engenharia, dentre os demais cursos. Esse grupo de estudantes reunia-se no Calabouço (antigo restaurante dos estudantes universitários, no centro do Rio de Janeiro). Em 14 de julho de 1975, o grupo fundou o atual *Centro Cultural y Social Boliviano*, que, até os dias atuais, reúne a nova sociedade *boliviana-brasileira*, com imigrantes de várias gerações e seus descendentes nascidos no Brasil. Durante a realização de suas festas folclóricas e cerimoniais nacionais eles reforçam os laços identitários, através das práticas culturais e representações simbólicas preservadas pela memória coletiva e pelo imaginário.

O terceiro fluxo, mais recente, tem continuidade nos dias atuais. Envolve músicos, mecânicos e profissionais liberais à procura de melhores condições de vida. Muitos são especialistas e trabalham em refinarias, empresas de petróleo e programas acadêmicos. Com essas características, se diferenciam dos grupos de emigrados saídos do Altiplano e das áreas rurais da Bolívia, atraídos, principalmente, para São Paulo e outros estados do Brasil.

Situação atual dos estudos

Segundo Heloisa Mazzocante (2008), o Brasil, a partir de 1970, começou a aumentar as medidas restritivas e seletivas para a entrada de novos imigrantes, acelerando, também, os processos de exclusão discriminatória. Uma parcela dos imigrantes – os “sem qualificações profissionais” e em “situação socioeconômica desprivilegiada” – vivia em condições precárias de subsistência, com falta de documentação, desvantagens econômicas e negação de direitos, incluindo-se, dentre eles, os bolivianos.

Essas medidas jurídicas foram tomadas diante das dificuldades encontradas pelos Estados em “lidar com o fenômeno de uma progressiva imigração e com a fixação dos imigrados em seu território”, como assinala Mazzocante.

Além das questões já assinaladas, somavam-se as dificuldades advindas da política e dos mecanismos de integração dos imigrantes no país, fortalecidas pela ideia que o país tinha da nação e, especialmente, devido à relação conflituosa entre imigração e Estado nacional.

Deve-se ressaltar, nos últimos anos, o aprofundamento da luta pelos direitos sociais e pela cidadania. Nesse sentido, a crescente diversidade cultural e a estratificação interna de direitos são elementos substanciais que contribuem para

significativas mudanças nas instituições políticas, o que implica na própria natureza do Estado nacional, assinala Mazzocante.

No século XX, a radicalização dos discursos sobre aspectos pontuais da política imigratória buscou obstruir a imigração coletiva de estrangeiros que não se “identificavam com a cultura latina”. Assim, as políticas de atração foram substituídas pelas de controle, amparadas por leis mais restritivas, visando a proteger o trabalhador nacional.

Nos últimos anos, o Conselho Nacional de Imigração, buscando inverter estas tendências, criou uma série de resoluções para incentivar a vinda de mão-de-obra especializada para os vários setores da economia nacional, com a atração de cientistas, técnicos de alto nível, investidores e outros. Os critérios de seleção, ao contrário do que ocorrera em épocas passadas, tornaram-se normas regulamentares aplicadas a todas as pessoas oriundas de outras nações.

O contexto boliviano no Novecentos

A partir de 1927, no mesmo espaço social que, no século anterior, Tupac Katari havia se sublevado, iniciaram-se os maiores levantes camponeses da história da Bolívia, atingindo numerosas áreas rurais e se expandindo para as cidades. Começando em Ocurí, o movimento camponês de Chayanta se alastrou para as áreas rurais de Potosí, Chuquisaca, La Paz, Oruro e Cochabamba (Arze, 1990:610).

Esses movimentos assumiram proporções incontroláveis. O campesinato estava farto da opressão exercida pelo latifundiário. A exploração da mão-de-obra camponesa, semelhante à servidão colonial, bem como as cobranças indevidas de impostos, dentre outras distorções sociais, aceleraram os conflitos.

Antes da sublevação foram numerosas as reclamações e pedidos de ajuda por parte dos camponeses e colonos feitos às autoridades oficiais. Do Departamento de Chuquisaca, por exemplo, chegaram ao governo da Bolívia vários documentos denunciando a cobrança extorsiva de impostos por parte dos grandes proprietários. Nenhuma dessas reclamações, porém, foi atendida e a miséria continuou dominando o campo boliviano (Carta del Rector de la Universidad de San Francisco Xavier ao Prefeito de Chuquisaca. Sucre, 20 de junho de 1927).

Os ataques recíprocos de colonos e camponeses colocaram em pânico as províncias, provocando a fuga dos grandes proprietários e a repressão policial. A classe média, proprietários e funcionários, além de intelectuais, colocaram-se ao lado dos

latifundiários e das forças governamentais. O Jornal El País noticiava em 23 de outubro daquele ano:

Todo lo más saliente, social y político, se puso al lado del gobierno, de las autoridades y del vecindario para defender un posible ataque de los índios". La cholada se preparaba para apoyar os rebeldes (Arze, 1986:613).

O clima de instabilidade social predominava nas áreas rurais da Bolívia, refletindo-se nas áreas urbanas e desequilibrando a economia. A situação da comunidade camponesa, tal qual nos tempos coloniais, continuava oprimida e explorada pelos grandes proprietários, que tinham assumido o comando do país desde o início do século anterior.

Organizadas sob a estrutura do *ayllu*, as comunidades indígenas e camponesas agonizavam diante da nova estrutura econômica que se impunha. O Estado Nacional, com sua inserção no sistema capitalista mundial, encaminhava-se para a desestruturação do sistema comunitário dominante.

Esse problema acentuou-se com a Crise de 29 e suas consequências foram intensas com a questão do Chaco. Um dos fatos marcantes da década de 1930 foi a fundação da Sociedade República de Kollasuyo, em 8 de agosto daquele ano, em La Paz, sob a liderança de Nina Quispe, que exigia melhores condições de vida para a população rural. Esse líder rural defendia uma reforma agrária que legitimasse os primitivos títulos de propriedade comunal, que haviam sido desconsiderados pelos expropriadores e invasores de terra.

A crise econômica acarretou o desemprego e a miséria, especialmente para as regiões de mineração. O caos social foi superado pelo problema nacional do Chaco.² Em nome do nacionalismo, as autoridades bolivianas desviaram a atenção do país para a questão do Chaco e para a defesa das áreas petrolíferas, bem como para suas fronteiras. O desemprego, a fome e o êxodo rural foram minimizados em prol do nacionalismo. A miséria e o desemprego, dessa forma, deixaram de ser o principal inimigo e este passou a chamar-se Paraguai.

Após a Guerra do Chaco (1932-1938), a Bolívia ficou mais enfraquecida. Os conflitos sociais se ampliaram, abalando a estrutura social. O impacto imediato da guerra alterou e revolucionou as relações sociais nas áreas rurais, estendendo-se aos centros urbanos. Um amplo proletariado marginalizado passou a predominar nas

² - A Guerra começou em 1932, e somente em 1938 foi firmado o Tratado de Paz, em Buenos Aires.

periferias. A guerra agravou os problemas que já estavam despontando na Bolívia desde a sua formação em Estado Nacional no século XIX, com a expansão latifundiária em detrimento do campesinato, acelerando a miséria que se estendia nas áreas rurais e periferias urbanas.

A Guerra contra o Paraguai não deteve a expansão dos grandes proprietários. O fenômeno se generalizou ainda mais, através da expropriação da terra dos camponeses mobilizados para o Chaco. Os grandes proprietários argumentavam que essas comunidades, por serem rústicas, não reuniam condições para dar um melhor rendimento às suas terras. O avanço para as terras comunitárias processou-se através da posse violenta ou por compras ilícitas de terrenos (Saavedra. 1939:108).

Em suma, a Guerra do Chaco mudou a perspectiva da população rural recrutada pelo exército. Esta não podia retornar para suas terras, pois estas haviam sido expropriadas pelos grandes proprietários, além da região estar em conflito. Por isso, em sua grande maioria o camponês optou por continuar nas cidades. Nelas, porém, não encontrou emprego e o país estava endividado. O inchamento das cidades, com a presença dos ex-combatentes e mão-de-obra sem especialização, acentuou os descontentamentos sociais, associados à falta de empregos e moradias. Nas áreas rurais, a saída dos camponeses para a Guerra do Chaco desestruturou a economia, provocando grande instabilidade nas áreas agrícolas.

A conjuntura social boliviana instável favoreceu a explosão de conflitos urbanos e rurais. A insatisfação geral com os resultados da guerra provocou uma grande migração para os centros urbanos, como também a saída para outros países, especialmente para a Argentina e o Brasil, devido à atração exercida por melhores salários.

A reestruturação dessa sociedade imigrante em solo brasileiro, entretanto, se fez com muita dificuldade. Em sua maioria, os imigrantes bolivianos foram explorados em sua força de trabalho na terra que haviam escolhido para viver. Dirigindo-se para os centros urbanos que se modernizaram,³ submeteram-se à exploração dos grupos industriais. Os que entraram de forma clandestina, por sua vez, tornaram-se presas fáceis da exploração, especialmente no Estado de São Paulo.

A cidade de São Paulo, desde o início do século XX, exerceu grande atração sobre povos de diversas partes do mundo. Grupos estrangeiros que ali se estabeleceram

³ - Os imigrantes bolivianos foram para a cidade de São Paulo, grande polo industrial brasileiro.

puderam usufruir do desenvolvimento e da modernização que o incremento industrial trouxe à cidade. Por esse motivo, diversos grupos de imigrantes bolivianos chegaram à São Paulo, bem como ao Rio de Janeiro. O parque industrial paulista, entretanto, para além da atração de imigrantes, era o que oferecia, também, melhores condições para absorver a excessiva mão-de-obra nacional, composta por trabalhadores nordestinos fugidos da seca.

Outro fator relevante que vem atraindo a imigração boliviana é a ideia de progresso de outras cidades latinoamericanas. A modernização dos grandes centros, associada à forte propaganda de imigração, vem servindo de base para mobilizar expressivos contingentes rurais para a força de trabalho das nascentes indústrias. Dados oficiais do Serviço de Imigração dão conta de que cerca de 15 mil imigrantes bolivianos entraram e vivem legalmente no Brasil.

A crise econômico-social da Bolívia acelerou também o êxodo de técnicos e profissionais qualificados, não absorvidos pelos processos de modernização do país. Dessa forma registrou-se na Bolívia um amplo movimento migratório à procura de melhores condições e perspectivas de um futuro promissor. Depois da Guerra do Chaco e da Revolução popular de 1952, milhares de bolivianos tentaram reiniciar suas vidas no Brasil. Alguns migraram de forma legal; outros ilegalmente.

Os bolivianos no Brasil: reinvenções na nova sociedade

Levas de imigrantes bolivianos, grande parte dos quais ilegais, chegaram ao Brasil ao longo do século XX. Em grande número foram trabalhar nas indústrias de tecidos de propriedade de coreanos, onde sofreram grande exploração, a ponto de alguns pesquisadores qualificaram os espaços nos quais trabalhavam como senzalas. Nesses espaços degradantes eles trabalhavam e moravam, sendo até mesmo proibidos de sair às ruas. A partir de 1992, o governo brasileiro tomou conhecimento oficial dessa situação. Em parte, através da imprensa, que denunciou a forma desumana como os imigrantes bolivianos estavam vivendo no Brasil, em condições de escravidão.⁴

⁴ - Informações recentes apontam o ingresso de 160 mil bolivianos no Brasil, em sua maior parte em S. Paulo, de forma clandestina, tentando regularizar a situação ou com visto que se esgotara. Na realidade, esse contingente populacional que se dirigiu para S. Paulo teve em sua maioria um triste destino.

Essas condições explicavam-se, em parte, por sua situação de ilegalidade, que possibilitava que os mesmos fossem contratados em regime desumano, obrigados a trabalhar 16 horas por dia e a executar a cota diária de 70 peças de tecido, recebendo pelo trabalho o salário mínimo que se pagava à ocasião. O tempo para descanso ou lazer era mínimo, restringindo-se, quando muito, aos sábados a tarde e aos domingos.

Conforme informações de fiscais do governo em matérias publicadas nos jornais

... A maioria das oficinas coreanas utiliza esse sistema de trabalho. É muito mais barato e rendoso do que empregar brasileiros trabalhando oito horas por dia [...]. A maioria evitou denunciar os maus tratos ou reclamar de viver confinado em sótão, para evitar a deportação. Um grupo de bolivianos, quando entrevistado por um jornal brasileiro, confirmou que valia a pena viver no Brasil, mesmo daquela maneira, pois os salários eram maiores que os da Bolívia (*O Globo*, 13 de dezembro de 1992).

A maioria dos imigrantes aos quais se refere o texto vinha do Altiplano, atraída por anúncios de jornais e rádios locais. Os empresários coreanos preferiam os imigrantes dessa região porque tinham fama de serem ‘mais trabalhadores’ do que aqueles que vinham de Cochabamba e de Santa Cruz de la Sierra. Ao chegarem, os bolivianos eram instalados nos locais de trabalho e raramente saíam às ruas. Fontes consultadas no Serviço de Imigração e na Polícia Federal não souberam informar, naquela ocasião, quantos eram os bolivianos que viviam no Brasil naquelas circunstâncias, havendo muita especulação sobre os dados. Através de denúncias veiculadas pela imprensa paulista, em 1992, enfim, o grande público tomou conhecimento da situação limite que afetava muitos bolivianos em solo brasileiro.

Em 1998, o governo brasileiro regularizou a vida da maioria dos estrangeiros no país, anistiando-os, permitindo, assim, que os mesmos encontrassem empregos legais. Dessa forma, o governo pretendeu acabar com a utilização da mão-de-obra clandestina nas indústrias de confecção, pois, a partir daquele ano, todos poderiam ser regidos por leis trabalhistas. No entanto, outras ondas migratórias ilegais continuaram chegando e se dirigindo para as indústrias de tecido em São Paulo. Por outro lado, a repressão à entrada ilegal também aumentou e as autoridades do Brasil e da Bolívia passaram a se preocupar com o destino dos imigrantes, especialmente porque a situação deles atentava contra os direitos humanos.

No Brasil, os bolivianos têm os mesmos direitos à proteção previstos na Constituição, não podendo ser submetidos a trabalho escravo. A imigração clandestina,

porém, é um dado real que não consegue ser resolvido, apesar dos esforços das autoridades dos dois países. Por parte do governo boliviano, este optou por garantir o retorno daqueles que se encontravam ilegalmente no Brasil e sujeitos à exploração, o que, porém, não aconteceu.

O geógrafo Sylvain Souchaud (2009), em parceria com pesquisadores do Núcleo de Estudos da População (NEP) da Universidade de Campinas (Unicamp) aponta não só que “os primeiros bolivianos a migrarem para o Brasil eram estudantes, que se deslocaram para São Paulo ainda nos anos 1950, dentro de programas de intercâmbio acadêmico entre o Brasil e a Bolívia” quanto defende a tese do retorno dos imigrantes bolivianos para o país de origem, após ficarem um ou dois anos no Brasil:

as relações sociais, quando eles (os bolivianos) estão no Brasil, não são a prioridade deles. A meta é trabalhar, juntar dinheiro durante uma temporada, montar um projeto – comprar uma casa, financiar os estudos – e voltar. Tem muito movimento, muitos vão e voltam" (Souchaud, 2010).

O estudo que vimos desenvolvendo não se restringe à análise dos fluxos de entrada e de saída (retorno), tendo seu foco principal colocado na análise das identidades e sociabilidades, abordagem possibilitada pela análise de depoimentos coletados em entrevistas. Nesse sentido, consideramos que ampliamos o estudo sobre a imigração boliviana para além dos aspectos que tradicionalmente marcavam os estudos migratórios, baseados em análises quantitativas ou numa perspectiva econômica.

Considerações finais

O estudo em desenvolvimento incorpora à análise dos fluxos migratórios à questão das práticas culturais. Pretende, assim, analisar aspectos fundamentais para uma melhor compreensão do assentamento social em solo estrangeiro, como a construção de novas identidades e a questão das permanências culturais, no nível das práticas e das representações.

O processo imigratório boliviano se traduz, efetivamente, num constante “deslocamento de identidades em contínuo processo de ritualização” (Aguiar. 2010). Nesse processo, os bolivianos são reconhecidos onde quer que circulem (idem), distinguindo-se como um “outro” na sociedade brasileira, somando-se o fato de não estarem nem dentro nem fora da estrutura social brasileira e tampouco na sociedade de origem. Por isso, é factível que pensem em construir nova identidade em uma *nação imaginada*, modificando a realidade na qual se encontram. Afinal, como afirma Turner

(1974),⁵ os imigrantes são acompanhados pelos estigmas que lhes foram atribuídos pela centralidade a que estão sujeitos nessa situação de *liminaridade*, na fronteira da irrealidade com o mundo real.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Ana Lidia (2010). Os Bolivianos na Periferia de Guarulhos. São Paulo.

ARZE, René (1986). Guerra y Conflictos Sociales. El caso rural de Bolivia en la Campaña del Chaco. Lima, IEP.

CACCIAMALI, Maria Cristina e AZEVEDO, Flavio Antonio Gomes (2006). Entre o tráfico humano e a opção de mobilidade social: A situação dos imigrantes bolivianos em S. Paulo. Núcleo de Estudos e Pesquisa Internacional e PROLAM (Programa de Integração em América Latina)

MAZZOCANTE, Heloisa. Estado Nacional e Migração Bolívia - Brasil: categorização e recategorização da população migrante. Vol. 2, Nº 2, Julho-Dez 2008.

SOUCHAUD, Sylvain (2009) « Le soutien politique à la plantation de café et à l'immigration internationale dans l'état brésilien de São Paulo, 1850-1930 », *Problèmes d'Amérique latine* (75), Paris, Editions Choiseul, pp. 13-36.
_____ « Les périodes migratoires du peuplement au Brésil, de la fin du XIXème siècle à nos jours », *Hommes & migrations* (1281), Paris, pp. 30-39.

----- (2009) « Orientations, caractères et composition des migrations Sud-Sud » in Christophe Jaffrelot, Christian Lequesne Eds., *L'enjeu mondial. Les migrations*, Paris, Presses de Sciences Po, pp. 107-114.

_____ (2010)« A imigração boliviana em São Paulo » in Ademir Pacelli Ferreira, Carlos Vainer, Helion Póvoa Neto, Miriam de Oliveira Santos Eds., *Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*, Rio de Janeiro, Garamond, pp. 72-95.

----- ; Baeninger, Rosana (2010) « Etudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil », *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 25 (1), Poitiers, CNRS, pp. 195-213.

TURNER, Victor (1974). *O Processo Ritual*. Estrutura e Anti Estrutura (1974) Petrópolis: Editora Vozes.

⁵ - Liminalidade - Este estado é usado para distinguir situações fronteiriças ou limítrofes de possessão existentes nos rituais ou de trânsito entre estas situações, In: Turner, V. *O Processo Ritual Estrutura e Anti Estrutura*. Vozes, 1974.